

## ***As Relações Diplomáticas entre a RPC e os Países de Língua Oficial Portuguesa na Perspectiva do Multilateralismo e o papel de “plataforma” de Macau***

*Ip Kuai Peng\**

### **I. Ideias do multilateralismo diplomático que condicionam o modelo de diplomacia da RPC contemporânea**

A diplomacia realiza-se através do relacionamento entre países, sendo o intercâmbio bilateral entre um e outro país o meio principal para o desenvolvimento das relações entre eles. Tradicionalmente, a diplomacia bilateral tem sido um elemento que infiltra o modelo diplomático da República Popular da China (RPC) e o meio essencial de tratamento dos seus negócios estrangeiros. Por sua vez, o multilateralismo passou a ser um tema quente no palco internacional da actualidade. A razão de ser da sua popularidade é que ele veste, antes de mais, uma cor fortemente deontológica. Unilateralismo significa hegemonismo, imposição e falta de controlo, enquanto que o multilateralismo permite associar-se à negociação, abertura e respeito mútuo. A nível das potências, aquelas que põem em prática o multilateralismo ganham, antes de mais, o mérito deontológico. Na sequência da elevação da força nacional integrada da RPC e do desenvolvimento das relações diplomáticas em pleno, o multilateralismo condiciona também a diplomacia da RPC que tem vindo a conseguir resultados relevantes nesse palco da diplomacia multilateral.

A partir de meados da década 90 do século transacto, a RPC tem vindo a promover o multilateralismo e a implantar novas perspectivas de segurança e de confiança mútua, interesses comuns, igualdade e colaboração, opondo-se ao hegemonismo e à política da força, bem como ao

---

\* Doutorado pela Faculdade de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Sociais da RPC.

terrorismo sob todas as formas, promovendo o desenvolvimento da ordem internacional num sentido de maior justiça e razoabilidade. Até ao momento, a RPC estabeleceu relações diplomáticas com 169 países e relações de parceria estratégica com 21 países e/ou organizações regionais. A RPC tem participado de forma activa nos processos de cooperação regional, passando a ser membro de peso de instituições como a Organização de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico e a Organização de Cooperação de Xangai, bem como com a Cooperação da Associação das Nações da Ásia Sudeste Mais Três, tendo criado, juntamente com a África e países arábes, o Fórum de Cooperação Sino-Africano e o Fórum de Cooperação Sino-Arábe, e constituído mecanismos de negociação com o Grupo do Rio da América Latina, o Mercado Comum do Sul, a Comunidade Andina de Nações e os 10 países das Caraíbas que mantêm relações diplomáticas com a RPC, bem como mecanismos de encontro periódico com os líderes da União Europeia. A RPC aderiu a mais de 300 tratados multilaterais, incluindo o «Trato de Não Proliferação de Armas Nucleares», e participa em mais de 130 organizações internacionais intergovernamentais e/ou organismos internacionais<sup>1</sup>. Tudo isto quer manifestar que as acções diplomáticas multilaterais da RPC foram bem-sucedidas ao nível prático e expressar a evolução ao nível da concepção<sup>2</sup>. Nos anos mais recentes, as novas linhas de acção diplomática propostas pela RPC consistem no seguinte: “as potências são pontos fulcrais, os vizinhos são pontos críticos, os países subdesenvolvidos são bases e as relações externas multilaterais são o palco”. Assim se oficializa, pela primeira vez, a posição relevante da diplomacia multilateral<sup>3</sup>.

As relações externas multilaterais que envolvem uma pluralidade de países são cada vez mais prezadas na prática contemporânea dos negócios estrangeiros. Muito embora tenham como base relações diplomáticas entre um e outro país, elas possuem já conteúdo e características distintos da

---

<sup>1</sup> Wu Bangguo, “*Estreitar a Cooperação Amigável para Realizar um Desenvolvimento Comum - Discurso proferido no Parlamento Brasileiro*”, in “Diário do Povo”, pág. 1, 2 de Setembro de 2006.

<sup>2</sup> Yang Jiemian, “*Uma Grande Prática no Seio da Diplomacia Multilateral da RPC*”, in Jornal Wenhui (Xangai), Reportagem Temática da 6.ª Sessão dos Líderes da Organização de Cooperação de Xangai, 19 de Junho de 2006.

<sup>3</sup> Zhai Dongsheng, “*Algumas Palavras sobre a Bandeira de “Multilateralismo”*”, in “Mundo de Gerentes da IT”, 20 de Julho de 2005.

diplomacia bilateral. Relativamente à diplomacia bilateral, ela caracteriza-se pelo espaço alargado para a prática de actividades, multiplicidade de sujeitos participantes, pluralidade de modos de operação, entre outros, aspectos que são vantajosos para que a RPC avance esclarecendo, junto da comunidade internacional, as orientações das suas políticas para com o Exterior e os princípios e posições no tratamento das relações internacionais<sup>4</sup>. Com o que não só tem promovido a imagem nacional da RPC e reforçado o seu “poder brando (*soft power*)”, como também tem contribuído para a formação de um bom e pacífico ambiente internacional favorável à sua emergência pacífica e ao seu desenvolvimento económico<sup>5</sup>.

Uma outra característica particular da diplomacia multilateral praticada pela RPC é a associação dos negócios estrangeiros bilaterais com os multilaterais, integrando-os nas mesmas operações diplomáticas. Na sequência do desenvolvimento tortuoso de tendências de multi-polarização mundial e globalização económica, a cooperação no domínio da política, economia, finanças e segurança torna-se cada vez mais animada, quer a nível internacional, quer regional, enquanto que o papel da diplomacia multilateral passou a ser cada vez mais saliente. A diplomacia bilateral e multilateral têm vantagens próprias, sendo complementares e favoráveis uma e outra, e frequente que a bilateral se integra na multilateral e vice-versa. A maximização dos benefícios de cada uma delas e a associação mais íntima de uma a outra contribuem para a formação da sinergia das acções para com o Exterior, para o aumento das consciências e o alargamento da cooperação com outros países, para desenvolver influências e o papel da RPC ao nível internacional, bem como para melhorar a defesa dos interesses do País e nacionais. Em todas as ocasiões em que participam nas acções multilaterais, os dirigentes da RPC desenvolvem grande número de encontros bilaterais, no sentido de, através das relações diplomáticas de alto nível, de alta intensidade e de ritmo acelerado, fazerem mais e melhores amigos, promovendo o desenvolvimento da cooperação e das relações bilaterais entre a RPC e os respectivos países, em todas as áreas.

---

<sup>4</sup> Liu Huaqiu, “*Exploração Contínua de Novas Perspectivas nos Negócios Estrangeiros*”, in Diário de Libertação, Coluna Xinlun, 12 de Janeiro de 2004.

<sup>5</sup> Xiongwei, “*Diplomacia Multilateral dá Mais Oportunidades à RPC*”, in Jornal Huanqiu Shibao, Coluna de Comentário Internacional, 28 de Janeiro de 2005.

Não há, até ao momento, uma definição exacta de “Multilateralismo” ou “Diplomacia Multilateral”. No entanto, inclinamo-nos a aceitar uma noção indutiva sobre o primeiro, apresentado por vários estudiosos, que entendem que o multilateralismo deve ser considerado como uma ordem internacional, mas não um qualquer meio diplomático simples; a par disso, o mesmo conceito repercute as relações interdependentes do Mundo, dotado de características contemporâneas e de uma opção de eficiência e equidade<sup>6</sup>. Além disso, o multilateralismo é um instituto que harmoniza, em conformidade com os critérios de comportamento geralmente aceites, as condutas de três ou mais Estados<sup>7</sup>. Quanto à diplomacia multilateral, estamos mais de acordo com o ponto de vista de que ela tem duas especificidades: 1.<sup>a</sup> o número de sujeitos deve ser de três ou mais; 2.<sup>a</sup> as interacções entre os sujeitos vão no sentido da colaboração e não do conflito<sup>8</sup>. Quanto a isto, talvez possamos tomar como referência pontos de vista de alguns estudiosos<sup>9</sup> que definem a noção do multilateralismo como a que procura conciliar, segundo critérios de conduta internacionalmente reconhecidos e mediante certas instituições, organizações, meios ou estratégias, as relações entre três ou mais países, para concretizar cooperações entre si, no sentido de prosseguir a convicção ou pretensão de certos interesses comuns. Pretende o presente artigo abordar, a partir da perspectiva do multilateralismo, o modelo de diplomacia “fórum”, no seio do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa”.

---

<sup>6</sup> Cfr. Xu Jian, discurso proferido n' *“O Multilateralismo e os Negócios Estrangeiros da RPC”*, *“Resumo dos Discursos sobre o Multilateralismo e a Diplomacia da RPC”*, in “Estudos de Pedagogia”, Volume VIII, Ano 2005, pág. 5.

<sup>7</sup> Definição sobre o “multilateralismo” de John Laga, cfr. Mei Zhaorong, discurso proferido n' *“O Multilateralismo e os Negócios Estrangeiros da RPC”*, *“Resumo dos Discursos sobre o Multilateralismo e a Diplomacia da RPC”*, in “Estudos de Pedagogia”, Volume VIII, Ano 2005, pág. 5.

<sup>8</sup> Cfr. Li Shaojun, discurso proferido n' *“O Multilateralismo e os Negócios Estrangeiros da RPC”*, *“Resumo dos Discursos sobre o Multilateralismo e a Diplomacia da RPC”*, in “Estudos de Pedagogia”, Volume VIII, Ano 2005, pág. 6.

<sup>9</sup> Li Jingzhi, *“Comentário: Materialismo sob a Perspectiva Multidimensional e a Diplomacia Multilateral no Contexto da RPC”*, in “Estudos de Pedagogia”, Volume VIII, Ano 2005, pág. 25.

## II. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e os países de língua oficial portuguesa

### 1. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e Angola

A China (RPC) e a República de Angola estabeleceram relações diplomáticas em 12 de Janeiro de 1983, data a partir da qual as relações bilaterais se têm desenvolvido em bom ritmo. Em anos recente, dirigentes de alto nível de uma e outra parte efectuaram, de forma frequente, visitas recíprocas, sendo de destacar as dos dirigentes da RPC Zhu Rongji, Qian Qichen, Tang Jiaxuan e Zeng Peiyan efectuadas a Angola em momentos diferentes. Nessas ocasiões, foram assinados uma série de acordos ou protocolos de cooperação entre os dois países. Por sua vez, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, o Presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Miranda, também visitaram a RPC em épocas diferentes. Em Novembro de 2006, a delegação de Angola, sob a liderança do Primeiro-ministro Fernando dos Santos, participou na “Cimeira de Pequim do Fórum de Cooperação Sino-Africana”. As visitas recíprocas têm um papel relevante para a elevação da mútua confiança política, aprofundamento da compreensão recíproca, alargamento do âmbito de cooperação e reforço da articulação nos assuntos internacionais entre ambos os países<sup>10</sup>.

A par disso, as relações bilaterais económicas e comerciais e a cooperação económica e técnica têm registado um desenvolvimento constante, desde o estabelecimento das relações diplomáticas. Neste sentido, os Governos de ambos os países assinaram acordos comerciais em 1984. No ano de 2006, o valor das transacções comerciais entre os dois países atingiu os 11,8 biliões USD (dólares dos Estados Unidos da América), dos quais, a exportação de mercadorias da RPC para a Angola foi cerca de 900 milhões USD, enquanto as importações foram de 10,9 biliões USD<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> “Relações Bilaterais Sino-Angolanas”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 28 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zzjg/fzs/gjlb/1465/default.htm>.

<sup>11</sup> Cfr. “Relação dos Valores Globais de Mercadorias Importadas e Exportadas por País/Território de Janeiro a Dezembro de 2006”, página da internet do Ministério do Comércio da RPC, 2 de Fevereiro de 2007, <http://big5.mofcom.gov.cn/gate/big5/zhs.mofcom.gov.cn/aarticle/Nocategory/200702/20070204346971.html>.

Quanto às espécies de mercadorias comerciais, a RPC importa de Angola predominantemente petróleo e exporta máquinas eléctricas, materiais de construção, produtos de indústria leve e têxteis. Actualmente Angola passou a ser o maior parceiro comercial da RPC em África. Segundo estatísticas, até ao ano de 2006, a RPC assumiu, em termos cumulativos, contratos de empreitada e de serviços em Angola, com o valor total de 6,21 biliões USD, dos quais foram realizados 1,46 biliões USD; o investimento RPC em Angola é de 119,1 biliões USD, estando constituídas nela 15 empresas de capital chinês. Além disso, a RPC tem prestado assistência económica e técnica a Angola, tendo concluído projectos de construção de habitações económicas e do Hospital de Maternidade e Pediatria de Luanda<sup>12</sup>. A partir da assinatura do Acordo de Cooperação Cultural entre ambos os Governos em 1988, a cooperação na área cultural entre a RPC e Angola tem vindo a ser aprofundada. Na área da assistência educacional, a RPC tem auxiliado Angola desde sempre e de forma enérgica na formação de pessoal. Os dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros demonstram que, entre 1988 e 2006, a RPC atribuiu bolsas de estudo a 47 estudantes angolanos.

## **2. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e o Brasil**

O intercâmbio entre a RPC e o Brasil tem uma história longínqua. O nosso Estado Novo estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em 15 de Agosto de 1974. Em 1993, foi estabelecida uma relação de parceria estratégica entre os dois países. Decorridos vários anos, registou-se sucessivamente novo desenvolvimento nas relações entre dois os países e as visitas dos dirigentes dos dois países têm sido frequentes. Nos recentes anos, os líderes partidários e estatais da RPC que visitaram o Brasil foram: Hu Jintao, Jiang Zemin, Li Peng, Zhu Rongji, Qiao Shi, Li Ruihuan e Wu Bangguo. Os líderes brasileiros que visitaram a RPC foram: Fernando Henriques Cardoso, ex-Presidente da República Federativa; Luiz Inácio Lula da Silva, actual Presidente da República Federativa; José Alencar da

---

<sup>12</sup> “Relações Bilaterais Sino-Angolanas”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 28 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjlb/zzjg/fzs/gjlb/1465/default.htm>.

Silva, Vice-Presidente da República Federativa; Celso Amorim, Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>13</sup>.

O Governo Brasileiro persiste, desde sempre, na posição de “uma só China”, jamais desenvolveu relações oficiais com Taiwan. Em Março de 2004, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil proferiu uma declaração que reitera o princípio de “uma só China” contra a realização do “referendo sobre a independência de Taiwan”. No mês de Abril, o Brasil votou a favor sobre a “moção de inacção” contra a RPC, na Sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU realizada em Geneva. Entretanto, o Brasil está de acordo em apoiar a RPC a aderir, como observador, à Organização dos Estados Americanos e na petição da RPC sobre a adesão ao Banco Interamericano de Desenvolvimento; em contrapartida, a RPC apoia o pedido do Brasil de adesão ao Banco de Desenvolvimento Asiático. Os dois países mantêm uma coordenação e cooperação íntimas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>14</sup>.

Em anos recentes, o Brasil tem sido o maior parceiro comercial da RPC na região da América Latina, enquanto a RPC é o terceiro maior parceiro comercial, mercado de exportação e país de origem, de importações do Brasil na Ásia<sup>15</sup>. Segundo dados estatísticos da Alfândega da RPC, em 1974, ano em que a RPC e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas, o volume do comércio bilateral era apenas de 17,42 milhões USD<sup>16</sup>, enquanto que esse valor passou a ser, em 2006, de 20,3

---

<sup>13</sup> “Relações Bilaterais Sino-Brasileiras”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 19 de Março de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zjg/ldmzs/gjlb/2013/default.htm>.

<sup>14</sup> “Relações Bilaterais Sino-Brasileiras”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 19 de Março de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zjg/ldmzs/gjlb/2013/default.htm>.

<sup>15</sup> “Breve Apresentação da Cooperação Sino-Brasileira”, página da internet do Departamento Económico e Comercial da Embaixada da RPC na República Federativa do Brasil, 3 de Novembro de 2005, <http://br.mofcom.gov.cn/aarticle/about/greeting/200511/20051100714271.html>

<sup>16</sup> Cfr. “Relação dos Valores Globais de Mercadorias Importadas e Exportadas por País/Território de Janeiro a Dezembro de 2006”, página da internet do Ministério do Comércio da RPC, 2 de Fevereiro de 2007, <http://big5.mofcom.gov.cn/gate/big5/zhs.mofcom.gov.cn/aarticle/Nocategory/200702/20070204346971.html>.

bilhões USD, representando um aumento de 1.164 vezes. Além disso, o desenvolvimento da cooperação económica e técnica entre a RPC e o Brasil tem acelerado constantemente a partir de 1984. Até finais de 2006, o investimento real da RPC no Brasil totalizou 91,14 milhões USD, essencialmente nos projectos de extracção de minério, transformação de madeira e montagem de electrodomésticos. Em contrapartida, o investimento real do Brasil na RPC totaliza 200 milhões USD, efectuado essencialmente no fabrico de aviões regionais, compressores, carvão, propriedade imobiliária, peças e componentes de automóveis, energia hidro-eléctrica, têxtil e vestuário, entre outros<sup>17</sup>. Fora isso, o intercâmbio e cooperação nos sectores tecnológico, cultural, educacional e militar entre os dois países tem tido um desenvolvimento notável, enquanto foram assinados vários documentos de cooperação nos domínios político, económico e comercial, judicial, turístico, de transporte, das ciências e tecnologia, cultural e educacional.

### **3. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e Cabo Verde**

Em 15 de Abril de 1976, a RPC e a República de Cabo Verde assinaram o documento de estabelecimento de relações diplomáticas. A partir dessa data, as relações bilaterais têm corrido suavemente. Em anos recentes, as visitas recíprocas de alto nível têm sido intensificadas. Os titulares dos cargos principais da RPC que visitaram Cabo Verde foram: Qian Qichen, Ismail Amat, Xu Jialu e Li Zhaoxing<sup>18</sup>, enquanto os visitantes relevantes cabo-verdenos foram: Aristides Maria Pereira e António Mascarenhas Monteiro, ambos antigos Presidentes da República; Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga, ex-Primeiro Ministro e José Maria Neves, actual Primeiro-ministro<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> “Relações Bilaterais Sino-Brasileiras”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 19 de Março de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zjg/ldmzs/gjlb/2013/default.htm>.

<sup>18</sup> Ordenados de acordo com a cronologia da realização das vistas dos respectivos líderes.

<sup>19</sup> “Relações Bilaterais Sino-Cabo-Verdianas”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 13 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zjg/fzs/gjlb/1500/default.htm>.

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, os resultados obtidos nas relações bilaterais económicas e comerciais e na cooperação económica e técnica entre a RPC e a República de Cabo Verde são bem patentes. Cabo Verde e RPC têm prestado uma série de assistências económicas e técnicas. A RPC financiou os projectos de construção dos Palácios da Assembleia Nacional e do Governo, Complexo Habitacional no Parmanejo, Biblioteca Nacional e Barragem de Poilão. Entretanto, os dois países assinaram o acordo de incentivo e protecção mútua de investimento em Abril de 1998 e o acordo de cooperação comercial e económica em Maio de 1999. No ano de 2005, o montante do comércio bilateral entre os dois países atingiu os 5,19 milhões USD, valor totalmente correspondente às exportações da RPC, sendo exportadas mercadorias essenciais, produtos de indústria leve e pequenos artigos de uso diário. Além disso, no domínio do intercâmbio cultural, a RPC e Cabo Verde assinaram um acordo cultural em Maio de 1982. Ambos os Ministros da Cultura realizaram visitas mútuas, na sequência das quais foi desenvolvida uma série de actividades. Até finais de 2005, foram acolhidos 21 estudantes bolseiros cabo-verdianos<sup>20</sup>.

#### **4. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e Timor-Leste**

O “Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Governo da RPC e o Governo da República Democrática de Timor-Leste” foi assinado em Dili, em Maio de 2002, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros em representação do Governo da RPC e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros José Ramos-Horta. A partir daí, as relações entre os dois países têm-se desenvolvido estavelmente. Em anos recentes, os líderes de alto nível de ambos os países têm mantido interação e intercâmbio estreitos. Em 2005, o Presidente da República Xanana Gusmão visitou a RPC para participar numa série de actividades e foi recebido calorosamente pelos dirigentes do País. Nas duas Conferências Ministeriais do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, os Governos da

---

<sup>20</sup> “Relações Bilaterais Sino-Cabo-Verdianas”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 13 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zsjg/fzs/gjlb/1500/default.htm>.

RPC e de Timor-Leste assinaram vários documentos, incluindo um acordo de cooperação económica e técnica.

Muito embora a cooperação económica e comercial entre os dois países tenha começado há pouco tempo, o passo de intercâmbio é cada vez mais intensificado. Em conformidade com os dados revelados pela Alfândega da RPC, o comércio bilateral totalizou, em 2003, 1,067 milhões USD e em 2004, 1,709 milhões USD, tendo registado um aumento de 60,1%. Tais montantes referem-se às exportações da RPC. Em 2005, registou-se um valor de 1,27 milhões USD, ou seja, uma descida de 25,5% em relação ao ano anterior, valor representativo das exportações da parte chinesa. Em 2006 verificou-se um crescimento rápido do montante do comércio bilateral que era de 17 milhões USD. Destes valores, as exportações do País, representaram 6 milhões USD, enquanto que as importações ascenderam a 11 milhões USD<sup>21</sup>. Em anos recentes, os dois Governos assinaram vários acordos de comércio e de cooperação económica e técnica. Em Agosto de 2002, foi celebrado um memorando de entendimento de cooperação sobre a exploração de petróleo e gás em Timor-Leste entre a Sociedade de Petróleo e Gás Natural da China, S.A. e o Governo de Timor-Leste. A RPC doa bens materiais como máquinas agrícolas e utensílios de pesca, organiza formação para funcionários públicos, destaca equipas de médicos permanentes, no sentido de apoiar a reconstrução económica de Timor-Leste. Além disso, a RPC participa com zelo na assistência a Timor-Leste no âmbito das acções da ONU: destacou mais de 200 pessoas (polícias civis e oficiais) para participarem nas operações de manutenção da paz em Timor-Leste<sup>22</sup>.

## **5. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e a Guiné-Bissau**

O estabelecimento de relações diplomáticas ente a RPC e a República da Guiné-Bissau remonta a 15 de Março de 1974. No entanto, sob o

---

<sup>21</sup> “Relações Bilaterais entre a RPC e Timor-Leste”, cfr. página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 24 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjlb/zzjg/yzs/gjlb/1226/default.htm>.

<sup>22</sup> Cfr. “Relação dos Valores Globais de Mercadorias Importadas e Exportadas por País/Território de Janeiro a Dezembro de 2006”, página da internet do Ministério do Comércio da RPC, 2 de Fevereiro de 2007, <http://big5.mofcom.gov.cn/gate/big5/zhs.mofcom.gov.cn/aarticle/Nocategory/200702/20070204346971.html>.

aliciamento da “diplomacia monetária” das autoridades de Taiwan, as relações sino-guineenses enfrentaram grandes desafios. Em 26 de Maio de 1990, a Guiné-Bissau estabeleceu as chamadas “relações diplomáticas” com Taiwan. Em 23 de Abril de 1998, com a assinatura do “Comunicado Conjunto sobre o Restabelecimento de relações diplomáticas entre a RPC e a República do Guiné-Bissau” pelos Governos da RPC e da Guiné-Bissau, foram recuperadas as relações diplomáticas entre os dois países<sup>23</sup>.

No período da vigência das relações diplomáticas entre a RPC e a Guiné-Bissau, a primeira auxiliou a segunda na construção de vários complexos desportivos, hospitais e postos de promoção de técnicas de cultivo de arroz. Em 2006, o volume do comércio entre os dois países foi de 5,68 milhões USD, representado a totalidade das exportações da RPC, sendo predominantes as mercadorias de cereais, artigos electromecânicos e têxteis. No decurso da “Cimeira de Pequim do Fórum de Cooperação Sino-Africana”, o Presidente da República da Guiné-Bissau João Bernardo Vieira, visitou oficialmente a RPC e participou na referida actividade. Além disso, na sequência da assinatura do acordo cultural em 1982 entre os dois países, as respectivas delegações realizaram visitas recíprocas. Por outro lado, a RPC tem atribuído bolsas de estudo a alunos guineenses. Até ao final do ano 2006, o nosso País acolheu um total de 32 bolseiros guineenses. Daí que se verifica um certo avanço no intercâmbio bilateral e cooperação política, económica, cultural e educacional entre os dois países<sup>24</sup>.

## 6. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e Moçambique

O estabelecimento das relações diplomáticas entre a RPC e a República de Moçambique foi anunciado em 25 de Junho de 1975. A partir desse momento, as relações entre os dois países têm-se desenrolado

---

<sup>23</sup> “Relações Bilaterais entre a RPC e Guiné-Bissau”, página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 29 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zjg/fzs/gjlb/1530/default.htm>.

<sup>24</sup> “Relações Bilaterais entre a RPC e Guiné-Bissau”, página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 29 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zjg/fzs/gjlb/1530/default.htm>.

estavelmente. Em anos recentes, os líderes dos dois países efectuaram várias visitas recíprocas. Em Novembro de 2006, o Presidente da República Armando Emílio Guebuza veio visitar a RPC, a pedido desta, para participar na Cimeira de Pequim do Fórum de Cooperação Sino-Africana. Nos dias 8 e 9 de Fevereiro de 2007, o Presidente do País Hu Jintao efectuou uma visita de Estado a Moçambique, durante a qual, o mesmo e o Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, e o Presidente do Parlamento Eduardo Joaquim Mulembwe, realizaram conversas e encontros, em que trocaram opiniões e chegaram a consensos de larga amplitude sobre a implementação dos resultados obtidos na Cimeira de Pequim do Fórum de Cooperação Sino-Africana, intensificação da cooperação amigável bilateral, bem como sobre outros problemas internacionais e regionais de interesse comum. Foi assinado um conjunto de documentos de cooperação sobre a isenção das dívidas de Moçambique à RPC a vencer até ao final do ano de 2005 e o apoio na construção de um estádio desportivo nacional, um centro de demonstração de técnicas agrícolas e duas escolas em zonas rurais<sup>25</sup>.

Nos domínios da cooperação económico-comercial e económico-técnica, foram assinados entre os dois países acordos de comércio e de protecção de investimento. Em 2001, foi criada uma comissão conjunta de economia e comércio. Quanto às transacções económicas e comerciais, em 2006, o volume do comércio sino-moçambicano foi de 210 milhões USD, do qual as exportações da RPC representaram 130 milhões USD e as importações 80 milhões USD, valores que demonstram um crescimento em relação aos anos imediatamente anteriores de 26%, 40% e 8%, respectivamente<sup>26</sup>. A RPC exporta para Moçambique essencialmente equipamento de máquinas e de transportes, artigos têxteis, calçado e cereais, enquanto a importação incide principalmente em madeira, minério de ferro e seus concentrados. Desde 1 de Janeiro de 2005, 178 espécies de mercadorias moçambicanas podem entrar na RPC com isenção de direitos aduaneiros. Além disso, nas áreas de intercâmbio bilateral

---

<sup>25</sup> “Relações Bilaterais entre a RPC e Moçambique”, página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 25 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zzjg/fzs/gjlb/1600/default.htm>.

<sup>26</sup> Cfr. “Relação dos Valores Globais de Mercadorias Importadas e Exportadas por País/Território de Janeiro a Dezembro de 2006”, página da internet do Ministério do Comércio da RPC, 2 de Fevereiro de 2007, <http://big5.mofcom.gov.cn/gate/big5/zhs.mofcom.gov.cn/aarticle/Nocategory/200702/20070204346971.html>.

da cultura, educação e saúde, foram assinados acordos culturais entre os Governos dos dois países e as delegações das áreas cultural e educacional efectuaram visitas recíprocas. A partir do ano de 2007, o número de bolsas de estudo disponibilizado pela RPC para a parte moçambicana passou a ser de 15, em vez de 10. No momento, 19 alunos moçambicanos encontram-se a estudar na RPC. Por outro lado, foram também assinados protocolos de medicina e saúde, tendo a RPC destacado, em termos cumulativos, 16 grupos de médicos a Moçambique, com um total de 245 membros. Xangai e Maputo, capital de Moçambique, estabeleceram relações de cidade geminadas<sup>27</sup>.

## 7. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e Portugal

A RPC e Portugal estabeleceram relações diplomáticas em 8 de Fevereiro de 1979. No decurso destes 27 anos contados a partir dessa data, os dois países têm desenvolvido relações de cooperação amigável nos domínios da política, economia e comércio, cultura, tecnologia e assuntos militares. De notar que os Governos dos dois países resolveram a questão de Macau, legada pela história, e chegaram a um acordo mediante negociação e assinaram a Declaração Conjunta sobre a Questão de Macau, em conformidade com a qual a RPC veio a exercer a soberania sobre Macau no dia 20 de Dezembro de 1999.

Desde a década de 90, as visitas recíprocas dos dirigentes de alto nível de ambos os países têm sido intensificadas, facto que era vantajoso para a promoção das relações de cooperação amigável entre ambos os Países. Os líderes do País e do Partido Comunista, como os Presidentes Wu Jintao, Jiang Zemin e o Primeiro-ministro Wen Jiabao visitaram Portugal em momentos diferentes. Em contrapartida, personagens importantes que visitaram a RPC foram os Primeiros-ministros Aníbal António Cavaco Silva e José Sócrates. Durante a visita a Portugal do Primeiro-ministro Wen Jiabao, os dois países anunciaram o estabelecimento de relações de parceria estratégica integrada.

---

<sup>27</sup> “Relações Bilaterais entre a RPC e Moçambique”, página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 25 de Abril de 2007, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zsjg/fzs/gjlb/1600/default.htm>.

No respeitante às relações de economia e comércio entre os dois países, o volume de comércio bilateral luso-chinês em 2006 foi de 1,71 biliões USD, representando um aumento de 38,7% em relação ao ano anterior; enquanto as exportações da RPC foram de 1,36 biliões USD, representando um crescimento de 49,1%, as importações foram de 350 milhões USD, representando um aumento de 9,3%<sup>28</sup>. Os produtos que a RPC exporta para Portugal são principalmente: artigos têxteis, vestuário, calçado e artigos plásticos; os produtos importados são essencialmente: condensadores e peças eléctricas, plástico primitivo, papel e cartão. Por outro lado, até ao final do primeiro semestre de 2006, o investimento de Portugal na RPC consubstancia 121 projectos, em termos acumulativos, com um investimento real de 110 biliões USD.

Além disso, o intercâmbio e a cooperação entre os dois países conseguiu certos avanços nos domínios cultural, educacional, tecnológico e militar. Foram assinados acordos culturais e tecnológicos (1982), de intercâmbio desportivo (1991), de cooperação tecnológica (1993), bem como um memorando de cooperação entre o Ministério de Educação da RPC e o Ministério da Ciência e Ensino Superior de Portugal (2002). O número anual de bolsas de estudo atribuídas por ambas as partes é de 10 (a parte chinesa atribui 6, a portuguesa 4); foram realizadas cinco sessões de reuniões da Comissão Mista de Tecnologia e estabelecidos 103 projectos de cooperação tecnológica que estão em boa fase de execução. Em anos recentes, entre a RPC e Portugal, foram estabelecidas relações entre quatro pares de cidades gémeas Xangai-Porto, Wuxi-Cascais, Zhuhai-Castelo Branco e Tongling-Leiria<sup>29</sup>.

## 8. A evolução das relações diplomáticas entre a RPC e São Tomé e Príncipe

Em 12 de Julho de 1975, a RPC e a República Democrática de São Tomé e Príncipe estabeleceram relações diplomáticas. No entanto, São

---

<sup>28</sup> Cfr. “Relação dos Valores Globais de Mercadorias Importadas e Exportadas por País/Território de Janeiro a Dezembro de 2006”, página da internet do Ministério do Comércio da RPC, 2 de Fevereiro de 2007, <http://big5.mofcom.gov.cn/gate/big5/zhs.mofcom.gov.cn/aarticle/Nocategory/200702/20070204346971.html>.

<sup>29</sup> “Relações Bilaterais entre a RPC e Portugal”, página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 28 de Julho de 2006, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zizj/xos/gjlb/1882/default.htm>.

Tomé e Príncipe anunciou estabelecer “relações diplomáticas” com Taiwan em 6 de Maio de 1997 e o Governo da RPC veio comunicar, em 11 de Julho do mesmo ano, a cessação de relações diplomáticas com esse país, deixando também de vigorar todos os acordos assinados entre os dois Governos.

Embora assim sendo, as relações bilaterais económico-comerciais e económico-técnicas entre a RPC e São Tomé e Príncipe não foram totalmente terminadas: em 2006, o volume de comércio entre os dois países foi de 1,22 milhões USD, representando as exportações da parte chinesa<sup>30</sup>. Perante a República Democrática de São Tomé e Príncipe, a RPC pretende desde sempre convencê-la com paciência e com sinceridade. A porta do restabelecimento das relações diplomáticas deve estar sempre aberta, desde que a República Democrática de São Tomé e Príncipe esteja disposta a admitir o Princípio de “Uma só China”.

### **III. Novo modelo de diplomacia multilateral de fórum: a realização do “Fórum Sino-Lusófono” e a criação do seu Secretariado Permanente**

De entre os modelos contemporâneos de diplomacia praticados por vários países, o de “diplomacia de fórum” com a participação de vários países permite atingir os objectivos de aprofundar as relações diplomáticas entre o(s) país(es) que tenha(m) a iniciativa da sua realização e os respectivos países ou regiões. É o caso do “Fórum de Cooperação Sino-Africana” e o “Fórum de Cooperação Sino-Arábe” que foram criados entre a RPC e a África e os países arábes, respectivamente. Além disso, a RPC aproveitou as vantagens únicas histórico-culturais da Região Especial Administrativa de Macau (RAEM) sob a sua soberania, para realizar, com êxito e sem precedentes, em meados de Outubro de 2003, a 1.<sup>a</sup> Reunião do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (doravante designado simplesmente por “Fórum Sino-Lusófono” ou “Fórum”), o que assinala a entrada na fase da promoção material da política de Macau sobre a constitui-

---

<sup>30</sup> “Relações Bilaterais entre a RPC e São Tomé e Príncipe”, página da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, 8 de Setembro de 2006, <http://www.fmprc.gov.cn/chn/wjb/zsjg/fzs/gjlb/sdmhulxb/default.htm>.

ção da plataforma de cooperação económica e comercial entre a RPC e os países lusófonos. No âmbito do “Fórum” foi adoptado o “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial” que mereceu assinaturas dos ministros de todos os países presentes. Nos termos do mesmo Plano de Acção, foi criado o Secretariado Permanente do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa”. Três anos depois, na segunda quinzena de Setembro de 2006, foi realizada com sucesso a 2.<sup>a</sup> Reunião do “Fórum”, notoriamente frutífera no que diz respeito a cooperação.

### **1. O “Fórum” cujo relacionamento tem por base uma determinada “língua”**

O “Fórum Sino-Lusófono” tem como faixa de relacionamento a “língua portuguesa”, como língua oficial, que une uma série de países historicamente ligados: a RPC<sup>31</sup>, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Muito embora existam a nível internacional, vários países que desenvolvem diplomacia e cooperação multilateral por forma de “Fórum”, é raríssimo, até ao momento, um fórum tal que tenha por base a ligação através de uma certa língua oficial. Assim, o “Fórum Sino-Lusófono” tem características notoriamente particulares.

### **2. O “Fórum” visa promover a economia, comércio, investimento e cooperação trans-regional entre a RPC e os países lusófonos**

A realização deste “Fórum” contribui positivamente para o desenvolvimento das relações económicas, comerciais e de investimento entre os Países participantes<sup>32</sup>. Os ministros dos países participantes do “Fórum”

<sup>31</sup> Embora a língua oficial da RPC não seja a “língua portuguesa”, Macau cuja língua oficial tem sempre sido a “língua portuguesa”, enquanto uma das regiões administrativas especiais da RPC, tem uma história longínqua de relacionamento com os países lusófonos do Mundo. Sob as teorias e filosofia de “um país, dois sistemas”, Macau, como uma unidade organizadora do Fórum, tem participado nas acções organizativas e instaladoras do “Fórum”.

<sup>32</sup> Cfr. Secretariado Permanente do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (Macau), «Boletim Trimestral», Junho de 2005, número um, pág. 4, página da internet do “Fórum Sino-Lusófono” 15 de Março de 2005, [http://www.forumchinapl.org.mo/pdf/forumboletim\\_no1.pdf](http://www.forumchinapl.org.mo/pdf/forumboletim_no1.pdf).

assinaram o “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial” e mostraram-se convictos de que, com o empenho dos respectivos Governos, existem grandes potencialidades para o seu desenvolvimento<sup>33</sup>. Como refere o Plano de Acção para a cooperação Económica e Comercial<sup>34</sup>, os sete países lusófonos participantes admitiram que devem, no âmbito do “Fórum”, estudar conjuntamente quais os domínios de cooperação e aperfeiçoar o ambiente de investimento, bem como definir estratégias no sentido de atrair investimentos estrangeiros e de reforçar a economia e o comércio bilateral. De facto, a cooperação entre a RPC e os países de língua portuguesa é muito potencial na área da economia e do comércio. Caso ambas as partes consigam desenvolver as próprias potências com base na cooperação económica e comercial já existentes, envidem conjuntamente esforços e cooperem com base na igualdade e reciprocidade, complementaridade e benefício mútuo, pluralismo de processos, partilha de benefícios, é seguro que a cooperação bilateral económica e comercial possa ser aprofundada e alargada. Deste modo, deve ser ampla a perspectiva de cooperação económica e comercial entre a RPC e os países de língua portuguesa.

Como os países participantes no “Fórum” se localizam em diferentes Continentes, são bem distantes entre si. Com o desenvolvimento inespérado das técnicas de informática, os países que se situam em diferentes regiões podem comunicar e cooperar entre si sem dificuldade, cooperação trans-regional essa que trará vantagens para os países em causa. Os países subdesenvolvidos lusófonos que adoptam o modo de desenvolvimento económico da dependência de recursos, inclinam-se frequentemente a colocar os seus produtos e recursos com vantagens no mercado internacional, no sentido de trocarem divisas para adquirirem outros bens de capital duradouros e de construir infra-estruturas no País, com o objectivo de poderem desenvolver-se. A RPC, que se encontra em desenvolvimento a grande velocidade, necessita de mais recursos para promover o seu desenvolvimento e manter a tendência de desenvolvimento.

---

<sup>33</sup> Cfr. “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da Conferência Ministerial de 2003”, Secretariado Permanente do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (em Macau), página da internet do “Fórum Sino-Lusófono”, 15 de Março de 2005, <http://www.forumchinapl.org.mo/indexCn.asp?index1=1&index2=2&index3=0&index4=0&lang=td>.

<sup>34</sup> Idem

Por essa “plataforma” trans-regional do “Fórum”, o comércio bilateral entre a RPC e os países lusófonos tem conseguido sucessivamente novos avanços. Os respectivos dados estatísticos demonstram que, em 2005, o valor das trocas comerciais bilaterais entre a RPC e os países de língua portuguesa atingiu os 23,19 biliões USD, registando um aumento de 26,9% comparativamente com o ano anterior; em 2006, esse valor chegou aos 34,08 biliões USD, representando um crescimento de 47,0% em relação ao ano anterior. Deste último valor, as exportações da RPC para os países lusófonos foi de 9,78 biliões, enquanto as importações destes países foi de 24,30 biliões USD<sup>35</sup>. Por outro lado, os investimentos recíprocos na RPC e nos países de língua portuguesa, registaram também um grande desenvolvimento. Até final de 2005, o valor acumulado de investimento da RPC nos países de língua portuguesa atingiu os 100 milhões USD, enquanto que os investimentos contratuais e efectivos do Brasil e de Portugal na RPC, atingiram respectivamente os 544 milhões USD e 229 milhões USD<sup>36</sup>.

Entretanto, o desenvolvimento não se separa da cooperação no desenvolvimento de recursos humanos e inter-governamentais. Desde a criação do Fórum, a cooperação entre a RPC e os países de língua portuguesa no desenvolvimento dos recursos humanos foi extremamente reforçada. A RPC convidou autoridades e técnicos dos Países de Língua Portuguesa, para frequentarem colóquios na área de gestão económica, cursos de formação nas áreas do turismo e comunicação social, técnicas de enfermagem e técnicas de agricultura e pescas. Por sua vez, o Governo da RAEM convidou ainda aqueles formandos para efectuarem visitas de estudo a Macau. Além disso, para apoiar o desenvolvimento económico dos países de língua portuguesa e melhorar o nível de vida dos seus povos, o Governo da RPC financiou, no âmbito do seu alcance, um conjunto de projectos de construção em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste. Neste domínio, destacam-se hospitais, habitações económicas, abertura de poços em zonas áridas, barragens, clínicas

---

<sup>35</sup> Cfr. “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (Macau), Comunicado para imprensa, Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau (versão chinesa), 27 de Fevereiro de 2006.

<sup>36</sup> «Plataforma de Economia e Comércio entre Macau, China e os Países de Língua Portuguesa», *Jornal do Povo*, Coluna de Notícia Política, 18 de Agosto de 2006.

hospitalares, etc. A partir de 1 de Janeiro de 2005, a RPC passou a conceder isenção tarifária a alguns produtos exportados pelos países africanos de língua portuguesa<sup>37</sup>.

Assim, verifica-se que as acções levadas a cabo pelo Secretariado Permanente, tais como a organização e/ou participação em exposições, encontros de negociação, visitas ao Exterior de empresários, sessões de apresentação de políticas, mediação e prestação de serviços para os empresários da RPC e dos países de língua portuguesa, bem como a promoção de investigação de projectos de cooperação entre as empresas, já produzem, progressivamente, os seus efeitos, tendo o desenvolvimento comum trans-regional avançado passos à frente.

### **3. O “Fórum” é favorável ao alargamento do espaço do “Diálogo Norte Sul” e da “Cooperação Sul-Sul”**

De entre os países lusófonos, Portugal, situado no Continente Europeu e como membro da região desenvolvida da União Europeia, avança continuamente no processo de integração da Europa. No primeiro semestre de 2000, altura em que Portugal exercia a presidência rotativa da União Europeia, desempenhou um papel importante nos aspectos da expansão da União para o leste, reestruturação orgânica, defesa comum e definição das estratégias económico-sociais para a próxima década. Portugal tem sempre mantido a sua solidariedade com o ultramar, destacando desde sempre a ligação com a África, América Latina e Ásia, em especial o relacionamento com as suas ex-colónias. Além disso, Portugal tem insistido nas suas relações de aliança com os Estados Unidos da América, participado de forma activa nos assuntos europeus, tendo considerado isto dois alicerces das suas políticas diplomáticas. Nas ocasiões internacionais, não só apoia as pretensões no âmbito de assuntos importantes internacionais da maioria dos países europeus e americanos, mas também apoia os pedidos de interesse apresentados por pequenos países. Deste modo, no palco internacional, é do conhecimento comum que

---

<sup>37</sup> “Ministério de Comércio: a Cooperação Económica e Comercial entre a RPC e os Países de Língua Portuguesa em desenvolvimento acelerado”, sítio de internet internacional da Televisão Central, 27 de Fevereiro de 2006, [www.cctv.com](http://www.cctv.com).

Portugal mantém o “caminho do meio”. As funções a desenvolver por Portugal contribuirão para que a RPC desenvolva o “diálogo Norte-Sul” com os países desenvolvidos, em particular com os restantes países da União Europeia, de modo a promover e aprofundar a mútua confiança política entre a RPC e esses países, inovando sucessivamente a velha ordem económica internacional e acelerando o desenvolvimento da economia internacional com base na igualdade e benefício mútuo

Com excepção de Portugal, os restantes países de língua portuguesa que mantêm relações oficiais com a RPC são países subdesenvolvidos e situados mormente no Continente Africano. A cooperação de maior amplitude entre a RPC e os países africanos, sobretudo com os de língua portuguesa é uma parte integrante e relevante da “cooperação Sul-Sul”. Em Outubro de 2000, foi anunciada a criação do “Fórum de Cooperação Sino-Africano”, altura em que foi realizada a primeira sessão de reunião da Conferência Ministerial. Em Dezembro de 2003, realizou-se a segunda sessão da reunião da Conferência Ministerial em Adis Abeba. Com base nos Princípios de “Cooperação pragmática, com face dada para a acção”, a RPC e os países africanos implementaram de forma enérgica, em 2004, acções subsequentes definidas na sessão realizada, foram efectuadas várias visitas recíprocas dos líderes da RPC e dos países africanos. A cooperação no domínio do desenvolvimento de recursos humanos sino-africanos tem sido intensificada; a par disso, a RPC concede isenção de direitos aduaneiros a certas mercadorias importadas dos países africanos menos desenvolvidos.

Além disso, a RPC anunciou em 12 de Janeiro de 2006 o “Boletim de Políticas Africanas da RPC”, definindo mais claramente os objectivos e medidas da RPC em relação a África, planeando a cooperação em todos os domínios entre as duas partes a partir daí, promovendo um desenvolvimento estável e duradouro das relações sino-africanas e uma cooperação de mútuo benefício. Esse Documento terá um papel orientador relevante para Macau que se encontra a explorar de forma enérgica como pode constituir uma plataforma de serviços económicos e comerciais<sup>38</sup>. Como refere o Documento, “na sequência da participação

---

<sup>38</sup> Nosso artigo, “Persistir o espírito dos “Boletim de Políticas Africanas da RPC”, Aperfeiçoar as funções da Plataforma de Cooperação entre a RPC e os Países de Língua Portuguesa”, in “Boletim de Estudos de Macau”, 2006.6 (34) pág. 100.

activa na cooperação Sul-Sul e promoção do diálogo Norte-Sul, os países africanos desenvolvem um papel cada vez mais importante nos assuntos internacionais”<sup>39</sup>.

Na verdade, a par da tendência mundial de multi-polarização e do decurso do processo de globalização económica, verifica-se que, em anos recentes, a discrepância na economia e na técnica entre o Norte e o Sul se alarga e o problema da desigualdade está a agravar-se; assim, os direitos e interesses de muitos países subdesenvolvidos vêem-se severamente violados<sup>40</sup>. A RPC, como um dos maiores países subdesenvolvidos do Mundo, aliada a outros países subdesenvolvidos, incluindo os numerosos países africanos subdesenvolvidos, opõe-se à política de força e ao hegemonismo, procurando construir uma nova ordem internacional de equidade e justiça. A “cooperação Sul-Sul”, ou seja, a cooperação económica entre os países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, incluindo a cooperação entre os estados nacionalistas e entre estes e os países socialistas, é muito significativa para a defesa e reforço dos interesses dos países subdesenvolvidos e, por isso, é bem vinda pelos mesmos países<sup>41</sup>. A cooperação entre a RPC e a maioria dos países de língua portuguesa integra justamente a “cooperação Sul-Sul” e trata de relações de **win-win** que são favoráveis à paz mundial e contribuem para a promoção do desenvolvimento comum.

Nestes termos, a plataforma de Macau a construir no âmbito do “Fórum Sino-Lusófono” será um meio relevante, através do qual a RPC e os países africanos constroem um novo modelo de relação de parceria estratégica que consiste em equidade e confiança mútua a nível político, cooperação e win-win a nível económico e em intercâmbio e referência mútua a nível cultural, de forma a ampliar o alargamento do espaço da “Cooperação Sul-Sul” e “diálogo Norte-Sul”.

---

<sup>39</sup> A versão do “Boletim de Políticas Africanas da RPC” a que o presente artigo se refere, é o texto integral disponibilizado na página da internet do Departamento de Comunicação com o Exterior da Comissão Central do Partido Comunista da China, Janeiro de 2006, <http://www.idcpc.org.cn/zhonggong/060112-w.htm>.

<sup>40</sup> Yu Jianhua, “Cooperação win-win: a Nova Evolução da Diplomacia dos Países em Desenvolvimento”, *Observação da Sociedade*, 2005(4), pág. 8 e 9.

<sup>41</sup> Liang Shoude e Hong Yinxian, “Teorias da Ciência Política Internacional”, Pequim, Editora da Universidade de Pequim, 2000, pág. 196 e 197.

#### 4. O Secretariado Permanente do “Fórum” como uma organização internacional que acompanha as acções subsequentes do “Fórum”

O “Fórum Sino-Lusófono” já foi qualificado como um fórum internacional para a cooperação económica e comercial de natureza não política e de organização oficial, que visa prosseguir a cooperação e desenvolvimento económicos<sup>42</sup>. No entanto, no contexto da globalização, a economia internacional e a política internacional não devem ser separadas em termos absolutos. O Secretariado Permanente do “Fórum” faz ainda parte dos assuntos de estudo do domínio público mundial, daí que se possa também tratá-lo como uma organização internacional *latu sensu*, dotada de certa publicidade. Ao “Fórum” compete essencialmente a coordenação, acompanhamento e gestão dos assuntos internacionais de economia e comércio, investimento, recursos humanos, cooperação sectorial e infra-estrutura entre os países que se relacionam pela faixa da língua e cultura portuguesas, no sentido de promover o bem-estar comum dos Governos dos diferentes países e dos seus povos.

Além disso, o Secretariado Permanente do “Fórum”, como organização internacional trans-regional, criou um Gabinete de Ligação e um Gabinete de Apoio, em Pequim e na RAEM<sup>43</sup>, respectivamente. Nos termos da Lei Básica da RAEM, o Governo Popular Central é responsável pelos assuntos das relações externas relativos à RAEM. Assim sendo, o facto do Gabinete de Ligação responsável por trabalhos do quotidiano do Secretariado Permanente e pela ligação dos países participantes ter sido criado em Pequim, expressa exactamente essa particularidade. Por sua vez, o Gabinete de Apoio criado na RAEM, pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 33/2004, é responsável pela execução dos trabalhos concretos do Secretariado Permanente e das actividades concretas das acções subsequentes<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> Cfr. página da internet do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, 17 de Setembro de 2006. <http://www.forum-chinapl.org.mo/indexCn.asp?index1=1&index2=1&index3=0&index4=0&lang=td>

<sup>43</sup> “Lei Básica da Região Especial Administrativa de Macau da República Popular da China”, página da internet da Imprensa Oficial do Governo da RAEM, 20 de Dezembro de 1999, [http://www.imprensa.macau.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index\\_cn.asp#c7](http://www.imprensa.macau.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index_cn.asp#c7).

<sup>44</sup> *Idem*.

Com a instalação do Secretariado Permanente do “Fórum”, serão intensificadas a ligação, comunicação e coordenação entre todas as partes participantes do “Fórum”, as decisões e as acções subsequentes serão executadas com eficácia, a organização das acções a realizar no âmbito do “Fórum” e a elaboração do plano de acções adequado serão privilegiadas, bem como o financiamento e o apoio logístico necessário à execução das tarefas estão garantidos.

#### IV. A definição do papel de Macau como “plataforma”

Embora a base e a perspectiva das relações entre a RPC e os países lusófonos sejam bastante boas e o intercâmbio económico e comercial se incline a ser intensificado, a distância geográfica, as barreiras linguísticas e as grandes diferenças nas áreas do sistema jurídico, políticas de importação e exportação e de sociedade e cultura continuam a ser factores que condicionam o desenvolvimento das relações entre a RPC e aqueles países.

Em relação a estes aspectos, Macau tem vantagens em servir como uma “plataforma de serviços económico-comerciais entre a RPC e os países de língua portuguesa”. Em Macau, o português, como uma das duas línguas oficiais de Macau, é uma língua que boa parte do povo já consegue dominar. O ensino do português e os cursos de português já estão bem generalizados, jornais, revistas, rádio e televisão de língua portuguesa estão igualmente disponíveis. Existe grande número de empresários e comerciantes que frequentaram o ensino em português e com profundo conhecimento dos mercados e das culturas da RPC e dos países lusófonos, dos quais não são raros os de etnia chinesa, bem como existem profissionais de variadas áreas - direito, contabilidade, comércio, marketing, assessoria, etc., o que faz com que Macau reúna condições favoráveis à cooperação internacional, em especial na promoção do intercâmbio económico-comercial entre a RPC e os países de língua portuguesa. Para além disso, devido ao relacionamento de línguas, culturas e humanidade, uma boa parte de residentes de ascendência portuguesa residia nos países de língua portuguesa, por isso têm certo conhecimento cultural e dos costumes desses países. O sistema jurídico e a estrutura administrativa da RAEM são semelhantes aos da Europa Continental, facto que facilitará a aproximação dos mercados daqueles países ao da RPC. Nenhuma região do Continente Chinês, nem sequer a Região Administrativa Especial de Hong Kong, pode comparar-se com a RAEM. Em relação ao Continente

Chinês, não resta dúvida de que Macau é o “interposto” e “enclave” mais apropriado. Macau, como uma região administrativa especial da RPC, goza, nos termos da “Lei Básica”, dos direitos especiais de “um país, dois sistemas; alto grau de autonomia”, pode manter intercâmbio económico-comercial com outros países e territórios, usando a denominação de «Macau, China».

As referidas vantagens particulares determinam que Macau seja um mediador económico-comercial a que os empresários dos países lusófonos podem recorrer no sentido de aceder ao mercado do Continente Chinês e que Macau pode servir de ponte para as empresas da RPC desenvolverem o mercado dos países lusófonos. Macau pode desenvolver, em pleno, as suas vantagens nas áreas de comércio, informática e serviços, servindo como intermediário dos Comerciantes de Origem Chinesa, das Pequenas e Médias Empresas e fazer uma ponte de cooperação no investimento, comércio e na economia e técnicas entre as empresas da RPC e aqueles países, e apoiar as actividades e respectiva cooperação trans-nacionais entre as empresas da RPC e dos mesmos países, bem como promover a cooperação económico-comercial sino-brasileira. Entretanto, o aproveitamento da “plataforma” de Macau será favorável à promoção das acções da RPC desenvolvidas no domínio da “diplomacia multilateral”, intensificando permanentemente as relações com os países lusófonos, bem como a promoção eficaz da “cooperação Sul-Sul” e do “diálogo Norte-Sul”.

## V. Nota conclusiva

Com a aceleração do processo de cooperação multilateral nas áreas económica e comercial entre a RPC e os países de língua portuguesa, o conceito e a prática da “diplomacia bilateral” e da “diplomacia multilateral” tem havido uma nova evolução. A RPC pode aproveitar perfeitamente as relações externas multilaterais para criar um quadro estável de cooperação trans-regional, tal como o “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, estrutura que serve para a defesa dos interesses essenciais do País, manutenção da estabilidade e paz regionais, bem como para a promoção de intercâmbio económico-comercial entre os países e territórios que têm a mesma língua.

Quanto a isto, estamos cientes que, no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua

Portuguesa, o aproveitamento desta plataforma de comércio externo de Macau pode incentivar a diplomacia bilateral e multilateral desenvolvida pela RPC junto dos países lusófonos, promovendo um espírito de mútua confiança, mútuo benefício, igualdade, colaboração e de respeito pela pluralidade de civilizações e procurando um desenvolvimento comum. De um modo geral, o “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” é uma outra tentativa importante da RPC no âmbito da diplomacia multilateral sob as orientações de “paz, desenvolvimento e cooperação”. Trata-se também de uma nova plataforma onde se desenvolve o bilateralismo e o multilateralismo, bem como o processo de democratização de relações internacionais.

